

HERANÇA CULTURAL AFRICANA NO BRASIL: RESGATE E RESISTÊNCIA FRENTE AO APAGAMENTO HISTÓRICO

[Artigo Científico]

Richelle Santos Souza

Deysiane Ariele Nunes de Oliveira

Submissão: 04/10/2024

Aprovação: 10/11/2024

* 
SOBRE O AUTOR/A/OS/AS:

- **Richelle Santos Souza**

Graduanda de Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Integrante do Observatório de Direito Internacional do Rio Grande do Norte (OBDI). Integrante do Projeto de Extensão Motyrum Penitenciário. Estagiária da Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP).

- **Deysiane Ariele Nunes de Oliveira**

Graduanda de Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Técnica de nível médio em Marketing. Integrante da Liga de Direito à Saúde (LDS). Integrante do Projeto de Extensão Motyrum Penitenciário. Estagiária da Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Norte (DATANORTE).



HERANÇA CULTURAL AFRICANA NO BRASIL: RESGATE E RESISTÊNCIA FRENTE AO APAGAMENTO HISTÓRICO

AFRICAN CULTURAL HERITAGE IN BRAZIL: RESCUE AND RESISTANCE IN THE FACE OF HISTORICAL ERASURE

**Richelle Santos Souza;
Deysiane Ariele Nunes de Oliveiras**

RESUMO

O artigo aborda a herança cultural africana no Brasil com foco especial no resgate e resistência frente ao apagamento histórico. Como se sabe, a herança cultural africana pátria é um elemento fundamental para a compreensão da identidade nacional. Desde a chegada dos africanos ao território brasileiro, suas tradições, saberes e práticas culturais foram incorporadas e transformadas, criando um rico mosaico cultural que caracteriza o país. Contudo, essa situação se torna ainda mais complexa ao se considerar que a história brasileira está marcada por longos períodos de escravidão, que procurou apagar as contribuições africanas. Sob esse viés, o artigo tem como objetivo central analisar como vem ocorrendo o gradativo processo sociocultural de resgate histórico das culturas africanas, no Brasil, e a construção da identidade nacional. O objetivo específico do trabalho consiste em elaborar um breve resgate da cultura afro-brasileira, a fim de compreender a problemática do branqueamento cultural e apagamento, tal como avaliar a importância dos movimentos de resistência objetivando amenizar essa histórica problemática. Metodologicamente, o estudo ampara-se em pesquisa exploratória utilizando-se de levantamento bibliográfico, bem como artigos científicos, doutrinas e disposições normativas. Ressalta-se que a hipótese defendida é a de que a cultura africana em terra brasileira, foi desde o início da colonização, silenciada, embranquecida e apagada, o que reforça a necessidade em torno da compreensão dessa herança cultural por ser essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, que respeite e celebre suas múltiplas origens.

Palavras-chave: Perseverança; Etnia; África.

ABSTRACT

The article addresses African cultural heritage in Brazil with a special focus on rescue and resistance in the face of historical erasure. As we know, the African cul-

tural heritage is a fundamental element in understanding national identity. Since the arrival of Africans in Brazilian territory, their traditions, knowledge and cultural practices have been incorporated and transformed, creating a rich cultural mosaic that characterizes the country. However, this situation becomes even more complex when considering that Brazilian history is marked by long periods of slavery, which sought to erase African contributions. Under this bias, the article's central objective is to analyze how the gradual sociocultural process of historical recovery of African cultures has been occurring in Brazil, and the construction of national identity. The specific objective of the work is to prepare a brief review of Afro-Brazilian culture, in order to understand the problem of whitening and erasure, as well as evaluating the importance of resistance movements aiming to alleviate this historical problem. Methodologically, the study is based on exploratory research using bibliographical research, as well as scientific articles, doctrines and normative provisions. It is noteworthy that the hypothesis defended is that African culture in Brazilian land has been silenced, whitened and erased since the beginning of colonization, which reinforces the need for understanding this cultural heritage as it is essential for the construction of a more just and inclusive society, which respects and celebrates its multiple origins.

Key-words: Perseverance; Ethnicity; Africa.

1. INTRODUÇÃO

A herança cultural africana no Brasil é um elemento fundamental para a compreensão da identidade nacional. Desde a chegada dos africanos ao território brasileiro, durante o período colonial, suas tradições, saberes e práticas culturais foram incorporadas e transformadas, criando um rico mosaico cultural que caracteriza o país.

Essa herança, contudo, não se limita apenas a elementos visíveis, como a música e a dança, mas também abrange aspectos mais sutis, como crenças, modos de vida e sistema de valores que moldaram a sociedade brasileira.

Nesse sentido, a história do Brasil, infelizmente, está marcada por vários longos períodos de escravidão, que procurou silenciar e apagar as contribuições africanas. Apesar disso, as comunidades afro-brasileiras têm se esforçado para preservar e resgatar suas tradições, enfrentando desafios e promovendo uma resistência cultural significativa.

Assim, é imprescindível reconhecer e valorizar essa herança, não apenas como um legado do passado, mas como uma força viva que continua a influenciar a cultura contemporânea brasileira e a promover a diversidade nacional. A compreensão dessa herança é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, que respeite e celebre suas múltiplas origens.

Durante muitos anos, os cidadãos brasileiros foram acostumados a pensar na África pela ótica do colonizador. Essa cosmovisão ocidental contribuiu nega-

tivamente para o apagamento da cultura africana nas raízes da formação nacional, o que pode ser observado nas ficções de fundação que apresentavam uma versão idealizada da vida local e se alinhavam aos interesses ideológicos da elite branca nacional, como no romance “Iracema” de José de Alencar.

À vista disso, atualmente tem sido muito debatido a necessidade em torno de uma ressignificação da cultura negra no Brasil, estando esta relacionada à valorização da identidade cultural afro-brasileira e à luta contra o racismo, a discriminação e a desigualdade social, além de maiores representatividades negras nos mais diversos veículos culturais, como no cinema, no teatro e na televisão.

Perante o exposto, esse novo cenário social só é possível devido ao positivo histórico de resistência da população afro-brasileira, a fim de manter vivo a herança cultural africana no Brasil sem as amarras do racismo e da discriminação que assombram os cidadãos negros brasileiros.

Dessa forma, por se tratar de um cenário sociocultural que abarca uma série de debates e consequências nacionais, essa temática se mostra extremamente relevante e necessária de ser discutida por viabilizar uma série de discussões inéditas, o que possibilita, a partir desse cenário desafiador, o seguinte questionamento que norteará a presente obra: quais os possíveis dilemas da construção da identidade nacional frente ao apagamento histórico da cultura africana no Brasil?

Para responder tal pergunta, é necessário ter em mente que o objetivo central é analisar como vem ocorrendo o gradativo processo sociocultural de resgate histórico das culturas africanas no Brasil e como essa forma cultural contribuiu positivamente para o desenvolvimento da identidade nacional.

Este propósito desdobra-se em objetivos específicos, que consiste, primeiramente, em elaborar um breve resgate histórico da cultura afro-brasileira, a fim de compreender a negativa problemática de embranquecimento e apagamento cultural; e, em segundo momento, avaliar a importância dos movimentos sociais de resistência objetivando amenizar essas constantes tentativas de apagamento e como esse processo fomentou o desenvolvimento da identidade nacional verde-amarela.

A relevância do presente estudo encontra-se na importância das conclusões aqui atingidas para a seara jurídica e educacional, especificamente em torno da doutrina e obras literárias que pouco têm debatido sobre a problemática fruto desta pesquisa, assim como contribuir com respostas nacionais para o estudo da presente problemática fomentando uma transformação e desenvolvimento mais humano e democrático.

A hipótese defendida é a de que a cultura africana em terra brasileira foi, desde o início da colonização, silenciada, embranquecida e apagada, o que reforça a necessidade em torno da compreensão dessa herança cultural por ser

essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, que respeite e celebre suas múltiplas origens e identidade nacional.

A metodologia de pesquisa aplicada neste trabalho ampara-se em pesquisa exploratória utilizando-se de levantamento bibliográfico, bem como artigos científicos, doutrinas e disposições normativas.

Estruturalmente, o presente artigo conta com esta introdução (tópico 1), além de dois outros tópicos correspondentes a cada um dos dois objetivos específicos traçados. Assim, referente ao debate em torno da cultura africana frente ao negativo apagamento cultural durante a construção da sociedade brasileira (tópico 2), seguida por uma análise da identidade nacional, bem como do contexto de resistência da cultura africana no Brasil (tópico 3).

2. CULTURAS AFRICANAS: RESGATE HISTÓRICO, EMBRANQUECIMENTO E APAGAMENTO CULTURAL

As culturas africanas foram essenciais para a formação da identidade brasileira, mas sua contribuição foi frequentemente invisibilizada e marginalizada ao longo da história do país. O processo de apagamento cultural foi parte de uma estratégia mais ampla que visava consolidar uma identidade nacional predominantemente branca, relegando as tradições e influências africanas ao plano de inferioridade.

Desde o início da colonização, as culturas africanas no Brasil sofreram uma tentativa sistemática de apagamento e repressão. Como aponta Kabengele Munanga (2004), esse apagamento cultural foi resultado de um processo colonialista que associava as culturas africanas à barbárie, desvalorizando suas expressões e promovendo o preconceito racial.

O conceito de embranquecimento, que se consolidou a partir da abolição da escravidão em 1888, foi uma política racial implementada com o intuito de diluir a presença negra na população brasileira. Essa política envolveu, principalmente, a imigração europeia incentivada pelo governo, que buscava “melhorar” a composição racial do país, conforme expõe Carneiro (2003), o embranquecimento é uma estratégia estatal que promove uma hegemonia branca, silenciando as culturas africanas e marginalizando suas contribuições.

Esse movimento de branqueamento não apenas desvalorizava as expressões culturais afrodescendentes, mas também perpetuava uma forma de exclusão social e cultural que perdurou várias gerações.

No entanto, a partir do final XX, com o fortalecimento dos movimentos sociais e da consciência negra, o Brasil começou a reconhecer a importância de resgatar as culturas africanas. O resgate histórico das tradições africanas pode ser

compreendido como uma importante tentativa de valorizar as contribuições dos afrodescendentes para a construção da identidade brasileira.

Nessa toada, merece registro das palavras de Moura, ao discutir que “a cultura afro-brasileira resistiu ao apagamento através de manifestações culturais e religiosas que mantiveram vivas no cotidiano das comunidades negras, apesar das inúmeras tentativas de repressão”. Assim, esse resgate foi impulsionado em grande parte por políticas públicas e pela mobilização de movimentos sociais que buscavam a inclusão dessas culturas na narrativa oficial do país (Moura, 1987, p. 324).

A Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 10.639/03 representam marcos significativos nesse processo. O artigo 215 da Carta Magna reconhece a pluralidade cultural do Brasil e estabelece que o Estado deve proteger as manifestações culturais afro-brasileiras nas escolas, entre outras, enquanto a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

O branqueamento cultural, entretanto, não se limitou a ser uma política demográfica ou populacional, mas também se manifestou no campo cultural. Em concordância com o antropólogo brasileiro João Batista Borges Pereira (2016), o embranquecimento cultural se refletiu na apropriação de manifestações populares de origem africana, como o samba e o carnaval, que ao longo do tempo, foram apropriadas pelas elites e transformadas em símbolos nacionais, muitas vezes, desassociados de suas raízes negras.

Nesse sentido, observa-se que esse processo de apropriação e branqueamento da cultura afro-brasileira reforçou o silenciamento das verdadeiras origens dessas tradições, perpetuando a ideia de que a contribuição africana era secundária ou marginal.

Isso posto, nota-se que o resgate histórico das culturas africanas no Brasil é um processo complexo que envolve a revalorização de tradições que foram intencionalmente silenciadas ao longo da história por meio de alguns mecanismos, por exemplo, as ações afirmativas, como de criação de cotas raciais nas universidades e a proteção de territórios quilombolas.

Kabengele Munanga argumenta que “o reconhecimento das culturas africanas como parte integrante de identidade nacional é essencial para construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e pluralista” (Munanga, 2004, p. 120).

À vista disso, faz-se imprescindível salientar que, por meio das iniciativas, como o fortalecimento das festas populares de matriz africana, a revitalização de quilombos e a preservação das religiões afro-brasileiras, o Brasil está aos poucos

corrigindo as injustiças históricas cometidas contra população negra e suas tradições culturais.

Assim, a sociedade brasileira tem avanços importantes, mas ainda insuficientes frente ao longo e negativo legado de apagamento da cultura africana e da invalidação de manifestações culturais negras, provenientes das ideologias do regime escravista, outrora implantado no país, além do grave passado racista que ainda é perpetuado.

Adiciona-se a isso o fato de que, ao realizar um resgate histórico da cultura africana no território verde-amarelo, diante das profundas raízes de perpetuação do embranquecimento e apagamento, faz-se relevante elencar como algumas práticas desse regime escravista, anteriormente implantado no Brasil, porquanto os corpos negros escravizados passaram por um longo e nefasto processo de incivilidade e extermínio da cultura africana.

Nessa toada, merece registro das palavras de Djamila Ribeiro, apurando melhor as causas iniciais desse apagamento e embranquecimento dessa parcela da sociedade pátria (Ribeiro, 2019, p.7):

“Quando criança, fui ensinada que a população negra havia sido escrava e ponto, como se não tivesse existido uma vida anterior nas regiões de onde essas pessoas foram tiradas à força. Disseram-se que a população negra era passiva e que “aceitou” a escravidão sem resistência. Também me contaram que a princesa Isabel havia sido sua grande redentora. No entanto, essa era a história contada do ponto de vista dos vencedores (...)”.

Em suma, fica nítido a constante tentativa de eliminação da diversidade sociocultural e linguística africana na formação identitária e política da nação brasileira. Diante do mencionado, salienta-se que a concepção da África como continente desprovido de história traz à tona a visão colonialista e etnocentrista que esteve presente desde o início da prática escravista no território brasileiro ao obrigar as pessoas negras a abandonarem suas crenças e hábitos culturais para encarar uma realidade dura que se iniciava, muitas vezes, nos nefastos navios negreiros e se estendia até a aniquilação de suas histórias, crenças, culturas e da sua dignidade humana.

À vista disso, tal desdobramento será aprofundado no tópico seguinte, começando com uma contextualização a respeito da importância da atuação negra que resiste a essas negativas e lesivas práticas com o objetivo de entender qual a verdadeira identidade nacional do Brasil e como foi formada mesmo diante deste nocivo cenário.

3. RESISTÊNCIA E IDENTIDADE NACIONAL: O QUE SIGNIFICA SER BRASILEIRO?

Conforme a Constituição Federal Brasileira de 1988, artigo 5º, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (Brasil, 1988).

Resta claro, contudo, que este importante artigo da Carta Magna pode ser compreendido, muitas vezes, como utópico devido ao histórico e brutal contexto de luta e resistência da população afro-brasileira, a fim de manter viva a herança cultural africana em terras nacionais, o que exemplifica que o cotidiano social difere do texto constitucional, bem como carece de igualdade, em especial para a população negra.

Esta transgressão constitucional elenca o complexo contexto histórico de formação identitária da nação brasileira, porquanto a pobreza, a violência e a discriminação que afetam, diariamente, a população negra são um reflexo de um Brasil que normalizou o preconceito, deixando essas pessoas a margem da formação da identidade nacional (Fenasps, 2023).

Sendo assim, nos diversos veículos de mídia, como televisão, teatro e jornais de grande circulação, a figura da pessoa afrodescendente sempre costumou ser retratada em papéis inferiorizados e considerados de pequena importância, o que exemplifica a falta de reais e verdadeiras representatividades da história, da cultura e das crenças das pessoas afrodescendentes.

Desta forma, as pessoas negras, no Brasil, sempre tiveram que resistir a essa série de lesões aos seus direitos básicos e culturais. Essa resistência pode ser observada em diferentes períodos históricos de formação do território brasileiro, por exemplo, desde o período imperial com o desenvolvimento do que atualmente a sociedade brasileira conhece como tendo sido um dos principais refúgios para escravos fugidos dos engenhos de açúcar do final dos anos 1500, sendo este: o Quilombo dos Palmares.

Consoante a isso, de modo geral, este Quilombo localizado na Serra da Barriga, em Alagoas, teve papel crucial na resistência de mais de 20 mil de pessoas submetidas à escravidão que fugiam dos engenhos, assim como já defendido pelo escritor brasileiro Edison Carneiro nos idos de 1958, no livro “O Quilombo dos Palmares”:

“O quilombo, por sua vez, era uma reafirmação da cultura e do estilo de vida africanos. O tipo de organização social criado pelos quilombolas estava tão próximo do tipo de organização então dominante nos Estados africanos que, ainda que não houvesse outras razões, se pode dizer, com certa dose de segurança, que os negros por ele responsáveis eram em grande parte recém-vindos da África, e não negros crioulos, nascidos e criados no Brasil” (Carneiro, 1958, p. 14).

Ainda com aquele enfoque supramencionado, é válido salientar, além da

inegável importância desse Quilombo, figuras como Zumbi e Dandara - guerreiros líderes da resistência no Quilombo de Palmares - que foram e são imprescindíveis na luta contra a opressão e apagamento da cultura negra no Brasil.

Nessa seara, esses dois ícones marcam a história de resistência e conquista de espaços que a população negra pouco a pouco vem conquistando e que, historicamente, não lhe são atribuídos.

Não obstante, outros levantes que foram organizados como forma de resistência à escravidão merecem igual referência. Desta forma, faz-se necessário abordar brevemente a Revolta dos Malês, haja vista que o movimento de 1835 é popularmente conhecido como Revolta dos Malês, devido os negros muçulmanos que o organizaram. Ademais, a expressão malê vem de imalê, que na língua iorubá significa muçulmano. Assim, os malês eram especificamente os muçulmanos de língua iorubá, conhecidos como nagôs na Bahia. (João José Reis, 2012).

Nessa mesma lógica, ocorre a marcante Revolta da Chibata, sendo esta uma revolta que ocorreu em novembro de 1910. O movimento foi deflagrado por marinheiros negros de baixa patente, porquanto estavam cansados dos inúmeros castigos físicos, dos baixos salários e das longas e exaustivas jornadas de trabalho que enfrentavam diariamente.

Deste modo, este movimento evoca a resistência dos marinheiros negros frente a falta de direitos civis e sociais que as pessoas afrodescendentes eram submetidas sendo, pois, uma forma de enfrentamento da repressão violenta vivenciada pela parcela mais pobre e negra da sociedade brasileira.

Urge, ademais, salientar que esses movimentos e figuras históricas, mostram que a resistência negra, no Brasil, foi marcada não apenas pela luta física contra a escravidão, mas também, pela preservação de tradições culturais e religiosas que tentaram apagar durante décadas.

A persistência dessa resistência evidencia as profundas desigualdades sociais e históricas enfrentadas pela população afrodescendente, mesmo diante do discurso de igualdade jurídica presente na Constituição.

Essas desigualdades, enraizadas na formação social e cultural do Brasil, refletem o longo processo de exclusão que a população afrodescendente enfrentou, até mesmo após a abolição da escravidão. Sendo assim, a herança sócio-cultural preservada, por meio da resistência negra, não só desafiou o regime opressor da época, como também moldou profundamente a identidade brasileira.

No entanto, o contraste entre a igualdade prevista na Constituição e a realidade vivida pelas comunidades negras revela que, apesar dos avanços legais, as barreiras impostas pelo racismo estrutural ainda precisam ser superadas, haja vista que a luta pela verdadeira inclusão e reconhecimento continua a ser uma questão urgente na sociedade contemporânea.

É essencial que o esforço para promover a igualdade racial vá além do campo jurídico, como também se preocupem em realizar a implementação de políticas públicas que enfrentem as desigualdades sociais, econômicas e culturais, o que contribuirá fortemente no identitário nacional.

É evidente, pois, que esses acontecimentos e essas problemáticas com raízes históricas exemplificam de forma clara a resistência dos afrodescendentes, mas faz-se necessário responder a pergunta central elaborada no presente tópico referente ao significado de ser brasileiro em meio a esse cenário de violação e apagamento da história africana no território nacional.

Assim sendo, a construção da identidade nacional brasileira é uma criação moderna, haja vista que só se desenvolveu plenamente durante o século XIX. Observa-se, desta forma, que o identitário nacional foi desenvolvido diante de um nefasto contexto e princípio de exclusão da parcela negra da população, conforme elenca o professor brasileiro José Luiz Fiorin:

“A identidade nacional é construída, dialogicamente, a partir de uma autodescrição da cultura. Dois grandes princípios regem as culturas: o da exclusão e o da participação. Com base neles, elas autodescrevem-se como culturas da mistura ou da triagem. A cultura brasileira considera-se uma cultura da mistura (...) o Brasil celebra a mistura da contribuição de brancos, negros e índios na formação da nacionalidade, exaltando o enriquecimento cultural e a ausência de fronteiras de nossa cultura” (Fiorin, 2019, p.4).

Todavia, essa visão simbólica defendida pelo nobre professor só foi possível alcançar em grande parte devido o incansável trabalho realizado pelos afrodescendentes, haja vista que, por muitos séculos, a única história contada e defendida era a dos heróis brancos que fundaram a Brasil, o que auxiliou o negativo apagamento e embranquecimento da cultura africana.

Sob essa ótica, ao longo do processo de resistência, essa parcela da população tornou possível que atualmente muitos cidadãos brasileiros sintam orgulho da rica e miscigenada identidade nacional desenvolvida. Porém, não se deve esquecer que essa identidade nacional foi construída em meio a graves transgressões aos direitos básicos e fundamentais de diversos povos, em especial as pessoas negras.

Uma nação deve, ademais, apresentar um conjunto de elementos simbólicos, como uma história, uma série de heróis, uma língua, um folclore, representações oficiais, um hino, uma bandeira, um escudo, tal como costumes, especialidades culinárias, animais e árvores-símbolo (Thiesse, 1999).

Depreende-se, por fim, que cada um desses diferentes símbolos foram, ao longo da história, sendo elaborados por uma mistura de culturas distintas, como a indígena, a europeia e a africana, que operam com valores diferentes,

mas juntas formam o verdadeiro significado de ser brasileiro, o qual compreende diferentes raças, cores, crenças, religiões e heranças culturais que devem sempre serem valorizadas e reconhecidas, a fim de se ter uma nação verdadeiramente justa e igualitária.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face da herança cultural africana no Brasil, procedeu-se ao estudo de problemáticas que envolvem o embranquecimento, apagamento e identidade nacional frente ao contexto de resistência das pessoas afrodescendentes durante grande parte da formação do território brasileiro.

Constatou-se que a herança cultural africana no Brasil é um elemento fundamental para a compreensão da identidade nacional. Desde a chegada dos africanos ao território brasileiro, durante o período colonial, suas tradições, saberes e práticas culturais foram incorporadas e transformadas, criando um rico mosaico cultural que caracteriza o país.

Foi observado a necessidade em torno de uma ressignificação da cultura negra no Brasil, estando está relacionada à valorização da identidade cultural afro-brasileira e à luta contra o racismo, a discriminação e a desigualdade social, além de maiores representatividades negras nos mais diversos veículos culturais, como no cinema, no teatro e na televisão.

A relação intrínseca entre resgate e resistência da herança cultural africana no Brasil foi observada na presente obra. As culturas africanas foram essenciais para a formação da identidade brasileira, mas sua contribuição foi frequentemente invisibilizada e marginalizada ao longo da história do país. Compreendeu-se que o processo de apagamento cultural foi parte de uma estratégia mais ampla que visava consolidar uma identidade nacional predominantemente branca, relegando as tradições e influências africanas ao plano de inferioridade.

Diante do exposto, foi analisado que o embranquecimento não se limitou a ser uma política demográfica ou populacional. Essa problemática, assim como analisado no trabalho, se reflete na apropriação de manifestações populares de origem africana, como o samba e o carnaval, que ao longo do tempo, foram apropriadas pelas elites e transformadas em símbolos nacionais, muitas vezes, desassociados de suas raízes negras.

A obra abordou que, desde o início da colonização, as culturas africanas, no Brasil, sofreram uma tentativa sistemática de apagamento e repressão. Esse apagamento cultural foi resultado de um processo colonialista que associava as culturas africanas à barbárie, desvalorizando suas expressões e promovendo o preconceito racial.

Ao final do trabalho estendeu-se em uma análise crítica a respeito do con-

texto histórico de resistência das pessoas negras, bem como foi elencado uma problematização em torno da identidade nacional.

As pessoas negras, no Brasil, sempre tiveram que resistir a essa série de lesões aos seus direitos básicos e culturais. Assim, esse contexto de resistência foi aprofundado ao longo do artigo, sendo observado em diferentes períodos históricos de formação do território brasileiro.

Com base no que fora apresentado no presente artigo, defende-se que a cultura africana em terra brasileira, foi desde o início da colonização, silenciada, embranquecida e apagada, o que reforçou o estudo em torno da compreensão dessa herança cultural por ser essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, que respeite e celebre suas múltiplas origens e identidade nacional.

Defendeu-se, ademais, que o verdadeiro significado de ser brasileiro compreende diferentes raças, cores, crenças, religiões e heranças culturais que devem ser sempre valorizadas e reconhecidas, a fim de se ter uma nação verdadeiramente justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 out. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10639.htm. Acesso em: 2 out. 2024.

CARNEIRO, Edson. **O Quilombo do Palmares**. São Paulo Editora S/A, 1958. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/75/1/302%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 02 Out. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2003. 313 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FENASPS. **13 de Maio: 135 anos de resistências negras**, 2023. Disponível em: <https://fenasps.org.br/2023/05/12/13-de-maio-135-anos-de-resistencia-negra/>. Acesso em: 02 Out. 2024.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1978. 410 p.

FLORIN, José Luiz. **A construção da identidade nacional brasileira**. BAKHTINIANA, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-126, 1o sem. 2009. Disponível em: file:///C:/Users/Richelle%20Santos/Downloads/3002-Texto%20do%20artigo-6719-1-10-20100617.pdf. Acesso em: 02 Out. 2024.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 4. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 1987. 324 p.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 120 p.

PEREIRA, João Batista Borges. **Samba e identidade nacional: o processo de embranquecimento cultural no Brasil**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 36, n. 72, p. 163-180, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbh/article/view/118204>. Acesso em: 1 out. 2024.

REIS, João José. **A Revolta dos Malês em 1835**. História do Brasil e do Mundo, 2012. Disponível em: https://historia-do-brasil-e-do-mundo.hi7.co/a-revolta-dos-males-em-1835-56c6566c0fc54.html#google_vignette. Acesso em: 01 Out. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. Volume único. Companhia das Letras, 2019.

RODRIGUES, Diana. **O apagamento cultural das religiões afro-brasileiras e a resistência das comunidades tradicionais**. Revista de Estudos Afro-Brasileiros, v. 5, n. 2, p. 45-61, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/estudosafrobrasileiros/article/view/36242>. Acesso em: 1 out. 2024.